

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE PEDAGOGIA

FRANCIELE PEREIRA MOREIRA

**A INFLUÊNCIA DA SEPARAÇÃO DOS PAIS NO DESEMPENHO
ESCOLAR DE ALUNOS DAS SÉRIES/ANOS INICIAIS NA VISÃO DO
PROFESSOR**

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010.

FRANCIELE PEREIRA MOREIRA

**A INFLUÊNCIA DA SEPARAÇÃO DOS PAIS NO DESEMPENHO
ESCOLAR DE ALUNOS DAS SÉRIES/ANOS INICIAIS NA VISÃO DO
PROFESSOR**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciado no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof. MSc. Maria Valkiria Zanette

CRICIÚMA, DEZEMBRO DE 2010.

FRANCIELE PEREIRA MOREIRA

**A INFLUÊNCIA DA SEPARAÇÃO DOS PAIS NO DESEMPENHO ESCOLAR DE
ALUNOS DAS SÉRIES/ANOS INICIAIS NA VISÃO DO PROFESSOR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciado, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em educação e aprendizagem.

Criciúma, 06 de dezembro de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Maria Valkiria Zanette – Mestre - (Unesc) - Orientadora

Prof. Gislene Camargo Dassoler – Especialista – (Unesc)

Prof. Ricardo Luiz de Bittencourt - Doutor - (Unesc)

Dedico este trabalho inteiramente a Deus, ao meu marido Reinaldo, aos meus pais e a toda a minha família, agradeço também a todas as pessoas que colaboraram com a construção do mesmo e me ajudaram de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Durante a construção deste TCC fiquei imaginando o trabalho que eu teria para agradecer as pessoas da qual fizeram juntamente comigo parte de todo esse processo de construção de conhecimento. Não foi fácil chegar até aqui, principalmente pela pressão psicológica da qual nos submetem, para falar a verdade fator que desconsidero ser necessário. Desde o início deste trabalho muitas pessoas me ajudaram, de uma forma ou de outra, e seria mais fácil eu fazer apenas uma lista pra descrevê-las, mais vou citar algumas, talvez as mais marcantes não desmerecendo todo o apoio que tive das outras.

Agradeço primeiramente a DEUS que me deu base emocional em todos os momentos difíceis, a minha orientadora Maria Valkíria, que me ajudou de uma forma tal que me motivou e deu sentido ao meu trabalho, ao meu marido Reinaldo que me deu muita força, me consolou demais me dando suporte sempre quando precisei, aos meus pais Reinaldo e Rosangela e ao meu irmão Filipe que me acolheram, aos meus sogros que também estavam comigo durante esse período tumultuado da minha vida, a todos os meus familiares, a todas as minhas amigas desde as mais íntimas até as colegas, a minha enteada, a instituição onde realizei a pesquisa, as professoras que colaboraram respondendo aos meus questionamentos na entrevista, agradeço mesmo de coração, pois de alguma forma, cada um fez parte desse processo que se consolidou.

A criança aprende que para qualquer ação não há apenas um pólo, o seu, mas que há dois pólos, o pólo daquele que realiza a ação e o pólo daquele que é o objeto da ação.

Wallon

RESUMO

O trabalho consiste em apresentar, sobretudo a pesquisa sobre a influência da separação dos pais no desempenho escolar dos filhos, na visão de professores, relatando a análise dessas influências. A reflexão comporta a discussão básica sobre a história da infância e da concepção de família, o papel do professor e a intervenção que ele faz mediante aos conflitos que possam ser gerados pela separação, a função social da escola frente ao desenvolvimento da criança e também a relação entre família x escola para um melhor aprendizado da criança. A pesquisa se deu em forma de entrevista e transcrição, com quatro professoras de uma escola da rede privada do município de Criciúma. A análise de dados aqui contida, nos revela um pouco sobre a influência que a separação dos pais provoca no rendimento escolar dos seus filhos, relatando através das falas das professoras que a separação afeta bastante no aspecto emocional da criança, que por sua vez reflete no seu desenvolvimento cognitivo.

Palavras-chave: Professor. Escola. Pais. Separação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO: UM POUCO DE HISTÓRIA	9
2.1 Concepção de Família.....	13
3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	16
4 O PAPEL DO PROFESSOR NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS.....	22
4.1 Formação Continuada.....	28
5 RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA.....	32
6 METODOLOGIA	37
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
8 CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICE.....	51

1 INTRODUÇÃO

Desde o começo do curso eu tive a curiosidade de saber um pouco mais sobre o envolvimento que os pais têm com o rendimento escolar dos seus filhos. No nosso Curso de Pedagogia constam trabalhos que se aproximam desse tema e que serviram de base para que eu aprimorasse as questões trazidas para a realização deste estudo. Entre os TCCs já existentes no Curso de Pedagogia/UNESC têm como temas: “Família e escola: uma ação compartilhada no processo de ensino aprendizagem” (2004/1), “Processo ensino aprendizagem: uma tarefa da escola e da família” (2004/2), “A influência da família no contexto educativo” (2004/2), “A contribuição da família para a qualidade do processo ensino aprendizagem” (2005/1), “A separação dos pais e a educação escolar dos filhos: um estudo sobre a descontinuidade familiar na vida escolar dos filhos” (2005/2), e “Os papéis sociais da família e da escola e sua influência na aprendizagem” (2006/2). Porém, minha pesquisa tem um foco diferente, ou seja, além de pesquisar se os pais influenciam no desempenho escolar do aluno, procurou-se identificar se essa influência de pais separados no rendimento escolar dos filhos se diferencia do rendimento dos demais estudantes na visão dos professores.

Para sua melhor organização esse trabalho pautou-se no objetivo geral: Analisar se a separação dos pais influencia no desempenho escolar do aluno das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, na visão do professor. Especificado nos objetivos seguintes: - Identificar o tipo de influência que ocorre no desempenho escolar do aluno que possuem pais separados; - Constar se após a separação os pais acompanham o rendimento escolar de seus filhos; - Descrever o tipo de intervenção que o professor e/ou a escola fazem quando dessa situação familiar ocorrem influência negativas no rendimento escolar dos alunos, e identificar se existe alguma diferença entre o desempenho escolar do aluno com pais separados dos demais alunos da turma.

Esta pesquisa pode contribuir, servindo de base para outros estudos, em forma de um trabalho acadêmico, ou para refletir sobre as influências que a separação dos pais exerce no desempenho escolar dos filhos. Nesse caso, o estudo nos trouxe um conhecimento mais amplo sobre o tema, inclusive para mim, respondendo minhas indagações iniciais a essas questões. Espero por meio desse

trabalho acadêmico, salientar a importância do assunto aqui proposto e ressaltar o quanto é significativo que o professor saiba lidar com esse tipo de problema em sala de aula, para que não haja qualquer tipo de discriminação, envolvendo estes alunos. Outra questão importante a se ressaltar é que os pais venham a entender como a vida escolar dos filhos pode ser diferenciada quando houver a participação efetiva deles, mesmo que estejam separados

Este projeto de pesquisa vincula-se a Linha de Pesquisa: “Educação e aprendizagem”, tendo como Eixo Temático: “Escola, pais, aluno, infância e sociedade.”.

Para uma melhor apresentação, o trabalho foi organizado de modo a conter inicialmente cinco capítulos. Primeiro descreveu-se aspectos relevantes da História da Educação e na sequência foram feitas reflexões sobre a Função do Professor na vida escolar de seus alunos, a Função Social da Escola e relação Escola e Família.

Uma vez descrito o referencial teórico, apresentamos a metodologia da pesquisa, a análise dos dados, e por fim, as ideias principais que resultaram dessa reflexão investigativa como conclusão.

2 INFÂNCIA E EDUCAÇÃO: UM POUCO DE HISTÓRIA

A educação é um fenômeno que vem sofrendo alterações ao longo dos séculos. Hoje podemos dizer que se conquistaram direitos e se restabeleceram deveres e, a cada dia a educação reconstrói-se, partindo sempre das necessidades sociais ou mesmo de imposição política. A luta ainda continua e sabemos que jamais a educação poderá ser discutida sem enfrentar novos desafios originados em seu contexto.

Assim, para chegar ao conceito de educação que temos atualmente a educação passou por uma série de conflitos, superando ideias conservadoras. Segundo Philippe Ariès (2006, p. 107) “essa evolução do século XV ao XVIII não se deu sem resistências”.

Para entendermos um pouco mais sobre o avanço da história da educação, vamos fazer um breve estudo, destacando os principais pontos desse processo. Segundo Ariès (2006) antigamente as crianças eram concebidas como miniaturas dos adultos, não se diferenciavam em seus trajes, nem em suas idades. O autor afirma, também, que é difícil encontrar em livros com textos medievais referências precisas em relação às idades dos alunos, pois as crianças não eram separadas dos adultos para estudar.

[...]a escola e o colégio que, na Idade Média, eram reservados a um pequeno número de clérigos e misturavam as diferentes idades dentro de um espírito de liberdade de costumes, se tornaram no início dos tempos modernos, um meio de isolar cada vez mais as crianças durante um período de formação tanto moral como intelectual, de adestrá-las, graças a uma disciplina mais autoritária, e, desse modo, separá-las da sociedade dos adultos. (ARIÈS, 2006, p.107).

Como percebemos, na sociedade medieval não existia o sentimento de infância, nem se tinha consciência das particularidades infantis. Não havia distinção entre criança e adultos a não ser em relação a aspectos no qual a criança ainda não era capaz de fazer o que o adulto já era capaz de realizar. As crianças eram vestidas como adultos.

Dentro da família não havia muito sentimento de laços de sangue, principalmente em relação às crianças, que quando nasciam eram enviadas às casas das “amas-de-leite”. Quando completavam sete anos de idade, as crianças

iam morar em outra casa, passando a conviver com outras famílias, que também enviavam seus filhos para outras casas.

Cada família que recebia a criança que lhe era enviada, ficava responsável pela educação da mesma, por meio dos afazeres domésticos e dos serviços que prestavam e a educação se dava dessa forma.

Segundo Áries (2006), a educação não era para todos, às meninas era reservado o direito de aprender boas maneiras e os serviços domésticos e aos meninos ricos eram reservados o direito de estudar. Por outro lado os estudantes também eram discriminados de acordo com a classe social a que pertenciam. Essa diferenciação sócio-econômica, uma característica da época tinha seu reflexo na educação das crianças, de acordo com o que descreve Ariès (2006, p.110): “No século XIII, os colégios eram asilos para estudantes pobres, fundados por doadores. Os bolsistas aí viviam em comunidades, segundo estatutos que se inspiravam em regras monásticas. Não se ensinava nos colégios”.

Para Áries (2006) Na medida em que o sentimento de infância foi surgindo e expandindo entre as famílias, foram reformulando-se os conceitos em relação à maneira que os pais deviam educar seus filhos, outrora comparados aos adultos.

Então para atender a esse novo modelo de infância que crescia entre as famílias de acordo com Áries (2006,) no século XV e XVI, o colégio se modificou, passando a atender, não só a uma pequena minoria de clérigos letrados, ricos e burgueses, mas também, as famílias populares. O colégio tornou-se uma instituição essencial na nova sociedade que se formava, já que as camadas mais pobres da população começavam também a ser atendidas, apesar de que todos estudavam juntos em turmas mistas sem divisão de idades.

Com a mudança na concepção de infância tudo se tornou diferente, foram estabelecidos papéis sociais à escola e à família, a quem caberia o papel de educar e a escola o de instruir. Com isso, a participação dos pais se tornou evidente não só na educação da criança em casa, mas também na escola, onde podemos perceber que a presença ou a ausência dos pais influencia de uma forma contextual na aprendizagem da criança.

O conceito de infância muda de acordo com os tempos e, atualmente, há uma proposta de infância amparada. Deseja-se que a criança seja crítica, com autonomia própria e capaz de entender e defender seus direitos. Nessa perspectiva,

a escola deve oportunizar a apropriação dos conceitos científicos, respeitando as individualidades e realidades de cada um, além de criar oportunidade e abrir espaços para que ela possa manifestar-se e construir sua própria cidadania.

Com referência à educação das crianças, no Brasil, foi marcante a chegada da família real, pois paulatinamente foram surgindo novas leis e imposições as quais inovavam o sentido de educar existente, começando então a modificarem-se as idéias voltadas para uma educação diferente.

De acordo com Aranha (1996, p. 152) o Brasil logo após sua independência passa por reformas com a vitória dos liberais sobre os conservadores, criando assim novas leis para a educação nacional pública, inspirados na Revolução Francesa, leis essas que ficaram só no papel, nunca foram cumpridas.

Como se não bastassem as leis não cumpridas para que a educação brasileira não tivesse um avanço, também aconteceu, segundo Aranha (1996, p. 152), o golpe de misericórdia que contribui para que a educação não tivesse melhores resultados:

O golpe de misericórdia que prejudicou de vez a educação brasileira vem no entanto de uma emenda à Constituição, o Ato Adicional de 1834. Essa reforma descentraliza o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto às províncias (futuros estados) são destinadas a escola elementar e a secundária. Dessa forma, a educação da elite fica a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias.

Como a educação da elite ficou a cargo do poder central, para atender as necessidades da mesma, (1996), a educação do povo ficou, destinada às províncias as quais não fizeram nenhuma reforma para melhorá-la, ao contrário, reformaram as leis para não cumpri-las. Segundo Azevedo (1963, apud ARANHA, 1996, p. 153) “a educação teria de arrastar-se, através de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada”.

Aranha (1996) afirma, também, que no Brasil não existia uma preocupação com o ensino elementar e o secundário de forma articulada, ao contrário, os dois caminhavam por si só, perdendo assim a oportunidade de se tornarem uma unidade de ação.

Além de ocorrer essa divisão do ensino, um forte motivo predominava contra a educação: “O precário sistema de tributação torna a falta de recursos um

crônico empecilho para qualquer realização, seja a construção de escolas, seja a preparação de professores, ou a sua remuneração mais decente” (ARANHA, 1996, p. 154). Trata-se de um aspecto ainda presente em nossa realidade de ensino, fazendo com que a qualidade de educação do nosso país não seja o que desejaríamos que fosse. A nossa educação é carente de recursos, tanto para a construção e melhoria das escolas públicas, quanto para um salário digno e uma melhor formação de nossos professores. Não há dúvida de que esse fator é um dos mais importantes o qual deveria ser priorizado para que nosso país promovesse um ensino de qualidade para nossos cidadãos.

Em sua trajetória histórica, vimos que outrora as meninas ficavam em casa, aprendendo costumes e valores, agora iriam para a escola, mas somente as que faziam parte da burguesia começam a quebrar tabus e teriam acesso à educação escolar, propriamente dita.

De acordo ainda, Aranha (1996, p.154), “a tendência de criar escolas religiosas no Brasil no século XIX é oposta a do resto do mundo, cuja laicização se torna cada vez mais frequente”. Enquanto todos os países já não agregavam a religião ao ensino, no Brasil predominava a religiosidade nas escolas, sobretudo a católica que tinha um domínio hierárquico sobre nosso país.

No ensino elementar, a situação é ainda mais caótica. O modelo econômico brasileiro, predominantemente agrário, sofre algumas alterações na segunda metade do século XIX em função do incremento do comércio e, mais para o final, devido ao pequeno surto de industrialização. Esse modelo não favorece a demanda da educação, que não é vista como meta prioritária em face da população rural analfabeta composta sobretudo por escravos. (ARANHA, 1996, p. 155)

Visto que a prioridade não era a educação, o novo modelo econômico prejudica ainda mais a população. Para a elite havia a prioridade do ensino, porém os escravos como permaneciam analfabetos, não podiam tornarem-se trabalhadores do comércio e da indústria, pois não tinham a preparação necessária.

A autora ainda ressalta que “curiosamente, as escolas normais, que no início destinam-se apenas aos rapazes, mais tarde terão uma clientela predominantemente feminina”. (ARANHA, 1996, p. 155). As meninas agora tinham acesso livre, após terem quebrado os tabus da antiga sociedade de que deveriam ter ensino diferenciado dos meninos e aparecia agora nas escolas como a maioria dos alunos.

Diante desses fatos percebemos que a educação passou por um processo difícil até conseguir seu espaço e uma melhor organização, ganhando mais significado e importância entre os segmentos das sociedades. Dessas reformas e revoluções vieram as teorias cada qual com sua importância e tentaram de sua forma definir os valores da educação. Todas essas teorias contribuíram para que se efetivasse a ideia de que poderia se construir uma sociedade melhor por meio de uma educação de qualidade. Isso resultou na escola inovadora e criou-se a modernização do ensino, que ainda hoje luta a cada dia por mais conquistas, mais melhorias e mais qualidade de ensino.

2.1 Concepção de Família

A família sofreu alterações ao longo dos séculos e seu papel na formação da criança foi se modificando com essas mudanças de conceitos e modelos familiares.

O conceito básico da família é que essa instituição seja um conjunto formado pelos pais e pelos filhos, mas como tudo muda: as pessoas, as crenças, as leis e os costumes, a família como toda outra instituição acaba passando por inovações e se transformando conforme as necessidades da sociedade.

Segundo Ariès (2006), as famílias eram denominadas nuclear, formada por pai que era a figura principal, mãe que cuidava da casa e dos filhos e os filhos, dos quais eram levados para morar com outras famílias, pois os pais acreditavam que assim a educação se faria de forma melhor, com mais disciplina.

Na convivência com essa cultura, as crianças eram ensinados a servir, e assim a aprendizagem se confundia com a expressão serviço doméstico. Era por meio dele “que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas o de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir” (ARIÈS, 2006, p. 156).

A aprendizagem se dava dessa forma e “não havia lugar para a escola nessa transmissão, através da aprendizagem, direta de uma geração a outra”, (ARIÈS, 2006, p. 157).

No século XVII a privacidade ainda era rara, os cômodos da casa ainda não eram divididos, aos poucos as coisas foram se modificando e as casas ganharam cortinas para dividir os cômodos. Com o surgimento do sentimento da infância tudo muda e as famílias começam a atender aos novos paradigmas de uma nova sociedade que inicia seu processo de transformação, com novos valores e conceitos.

Com o sentimento de infância renovado as famílias se consolidam, “o clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola”, (ARIÈS, 2006, p. 159). A família medieval, aos poucos passou de uma concepção familiar rude, sem sentimentos de carinho, para uma concepção em que as crianças eram o centro das atenções, paparicadas e inseridas em uma nova realidade de aprendizagem. Nela aprenderiam valores e os pais passaram a se preocupar com o futuro dos filhos de forma diferente.

Conforme nos traz Ariès (2006, p. 186), “a reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida a pais e às crianças, da qual se excluía os criados, os clientes e amigos”, ou seja, agora a família passava a ter valores diferentes e se importava com a convivência entre pais e filhos. As formas de tratamento como “madame” desapareceu, agora as esposas eram chamadas pelos maridos de mamãe assim como os filhos a chamavam e o filho mais velho já não era o mais beneficiado da casa.

Em sua obra Ariès (2006) também relata que durante muito tempo essas mudanças na família se limitaram aos nobres. Os mais pobres ainda viviam como as famílias medievais e a mudança que temos até hoje no modelo familiar é pouca, uma grande diferença é que esse modelo se estendeu a todas as camadas sociais.

Com o caminho percorrido podemos observar que houve uma série de alterações para que chegássemos a uma concepção capaz de atender as demandas da evolução da sociedade.

Atualmente há uma grande diversidade de modelos familiares. Alguns mais comuns são compostos por famílias segundo conceitos mais tradicionais, ou seja, formada por pais e filhos; outras são conhecidas como monoparentais, sendo aquele modelo em que apenas um progenitor convive e é responsável pelos filhos

menores e dependentes, como nos casos de mães solteiras, netos que moram com os avós, ou homens e mulheres independentes que adotam uma criança; temos ainda as famílias recasados quando um casal se separa e casa novamente e leva seus filhos de uma para outra relação conjugal e famílias homossexuais onde existe uma relação conjugal entre duas pessoas do mesmo sexo e as mesmas adotam ou criam o filho biológico de um ou ambos os parceiros.

Contudo, os modelos familiares abrigam as necessidades de uma sociedade cada vez mais moderna, sendo que não existe um modelo determinante, mas sim um modelo real, que faça parte da realidade e condições de vida de cada indivíduo.

“A família, base da sociedade tem especial proteção do Estado” (C.F capítulo VII, Art,226. 1988). Dessa forma, sendo ela uma instituição tomada como a base da sociedade, a família tem a função da reprodução, socialização, afeto, proteção e educação.

Ainda com base na Constituição Federal de 1988, (Art. 227):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Diante disso podemos concluir que não importa o modelo em que a família está estruturada, contanto que atenda as necessidades básicas da criança, garanta seu desenvolvimento e sua inserção na sociedade, acolhe-a com amor e a educa com afeto. Essa é a educação capaz de formar um cidadão consciente e ético e proporcionar maneiras mais adequadas às demandas de melhor convivência para cada sujeito em seu meio social.

3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Sabemos que a escola é um fator fundamental para o desenvolvimento da sociedade e é dessa instituição que saem os conceitos de uma sociedade melhor, formando cidadãos capazes de intervir na melhoria das relações sociais como um todo. Claro que a escola tem esse papel, mas nem sempre lhe é possível realizar as tarefas necessárias para que alcance seus objetivos. A escola está inserida na sociedade, da qual muitas vezes se torna dependente: do governo, das verbas e também dos seus educandos e seus familiares para poder realizar um trabalho digno, com resultados positivos e que de fato possibilitem a construção do conhecimento significativo para determinados grupos sócio culturais.

Embora o meio social, econômico e político não lhe favoreça tanto, a escola precisa inovar e acompanhar o ritmo acelerado das mudanças sociais, para que exista uma significação de seu trabalho. Sem dúvida, a escola pode mudar em muitas coisas e as inovações precisam acontecer. Um gestor tem papel importante nessa instituição, pois é ele quem vai mediar às relações entre sociedade e escola. Ele e todos os envolvidos no processo educativo aprendem a cada dia e adquirem novas experiências vivenciadas por si no âmbito escolar.

Para Assmann (1999, p. 21), é por essas e “por mais razão que as empresas, a escola deve-se transformar em organização aprendente. É gostoso quando circulam linguagens vitais e contagiantes na escola”, ou seja, a escola precisa se atualizar sempre para que possa ter esse papel de contagiar o educando, deve estar em contato direto, construindo essa parceria em que ambos aprendam.

Assim cada um ensinando o outro, a escola torna-se um espaço construtivo em que se geram situações de aprendizagem, proporcionando ao educando a apropriação de novos conhecimentos de forma diferenciada e nisso, a linguagem com certeza tem um papel importante. É nessas relações do dia-a-dia que há a interferência da interação entre os integrantes do grupo de uma escola, daí a sua importância, pois acreditamos que uma interação prazerosa é motivadora e significativa.

Segundo Rego (1995, p. 89), não devemos nos acomodar a um tipo de educação em que:

O papel da escola e do ensino é supervalorizado, já que o aluno é um receptáculo vazio (alguém que em principio nada sabe). A transmissão de um grande número de informações torna-se de extrema relevância. A função primordial da escola é a preparação moral e intelectual do aluno para assumir sua posição na sociedade. O compromisso da escola é com a “transmissão da cultura” e a “modelagem comportamental” das crianças.

Nessa visão tradicional do ensino o papel da escola se restringe a pura transmissão de cultura, para que o educando se adapte aos paradigmas da sociedade em que está inserido. Não se preocupa de fato com a liberdade de expressão, o respeito a essa liberdade, a interação participativa do aluno, para que se torne não apenas membro do meio social ao qual vive, mas sim, um membro capaz de criticar, questionar e interferir no que não é significativo para si e para seu grupo.

Depois de fazer uma crítica ao tradicionalismo Vygotsky reafirma seu conceito sobre a verdadeira função da escola dizendo que a criança:

[...] muito antes de entrar na escola, já construiu uma serie de conhecimentos do mundo que a cerca. Por exemplo, antes de estudar matemática na escola, a criança já teve experiência com quantidades e, portanto, já lidou com noções matemáticas. No entanto, ao ingressar na escola, um outro tipo de conhecimento se processa. (REGO, 1995, p. 76).

Sendo assim, Vygotsky mostra em sua teoria que o papel da escola é transmitir de forma interativa o conhecimento científico, pois o aluno chega à escola com uma bagagem de suas interações familiares e sociais, “[...] embora o aprendizado da criança se inicie muito antes dela frequentar a escola, o aprendizado escolar introduz elementos novos no seu desenvolvimento”, (REGO, 1995, p. 72). Assim, o autor traz a significação do papel da escola, que é o de exercer a função de ampliar e aprimorar cientificamente os conhecimentos que a educação familiar não dá conta, procurando realizar um trabalho junto e em prol da comunidade que a envolve. Assim podemos perceber a importância de todas as interações sociais e comunicativas que nos cercam, pois os ambientes em que estamos inseridos nos fazem conhecer algo novo, “qualquer espaço social pode ser o lugar do aprendizado, do acesso aos saberes e de sua circulação e partilha, inclusive o próprio espaço do trabalho”, (GALLO, 2001, p. 35). Contudo, temos que admitir que a escola serve de base para todos, pois conforme for o desempenho da instituição em interação com o sujeito com , é que irá se colher os resultados da aprendizagem.

A escola exerce um papel muito importante na sociedade, norteando as

relações sociais por meio de diferentes formas de aprendizagem. Porém há aquelas que geram resultados negativos e isso acontece em qualquer nível, inclusive em nível superior, geralmente como produto de uma forma de ensino sem significado para os educandos. Garcia (2001, p. 85) vai discutir esse assunto dizendo:

Os alunos vão aprendendo a memorizar e repetir o que os autores consagrados disseram, sem aprender com eles a criar, a descobrir, a pensar. Desaprendendo o que já sabiam antes de entrar na escola, nela aprendem o que os torna menos autônomos. Mas, ainda bem embora frequentemente a escola seja isto, muitas vezes é aquilo, e ensina a pensar e criar.

Um aspecto a ser encontrado para explicar essa fragilidade nas escolas se dá pelos currículos que nelas existem. Isso é um grande problema principalmente por estarem envolvidas em um currículo fora da realidade em que estão inseridas. Nesse caso, de modo geral, “[...] alguém (aqueles que têm o poder) faz a escolha dos conhecimentos que vão estar na escola e que nela devem ser ensinados.” (GARCIA, 2001, p. 86)

Sendo assim, os integrantes do poder, servem-se de suas próprias escolhas para selecionar os conteúdos e conhecimentos a serem ensinados nas escolas, sem ao menos conhecer a realidade de cada uma. Esses são os conteúdos que terão de estar na prática pedagógica da escola para que todos aprendam.

As elites controlam o sistema educacional, controlando salários, condições de trabalhos, burocracia etc., estruturando, com isso, a conservação; porém, mesmo que não queira, a Educação por elas permitida contém espaços de inovação a partir das contradições sociais. Não é casual que as elites evitem ao Máximo a universalização qualitativa da Escola em nosso país. (CORTELLA, 2002, p. 136)

Então, mesmo que a elite não queira, sempre vão acontecer inovações na escola, pois a sociedade muda e cobra mudanças! Entretanto, essas mudanças ainda não contemplaram a real significação, para que em todo o nosso país, o ensino se inovasse e tivesse qualidade.

Da mesma forma as programações das escolas, são todas organizadas e planejadas, porém sem um vínculo significativo com a real aprendizagem dos educandos e sim uma formação de currículo escolar.

Este é o currículo que “permitirá à maioria das pessoas que frequenta a escola, a posse, exclusivamente daquilo considerado como apropriado, básico, para

aqueles que vão receber o que é dado, em uma palavra, o “suficiente”, (GARCIA, 2001, p.92). Portanto, constata-se que na maioria das escolas existe um currículo fora da realidade e necessidade dos educandos.

Diferente disso, os que detêm o poder e muitas vezes determinam a “vida” das escolas públicas, querem uma escola melhor para seus filhos, “[...] uma escola que ensine o “máximo” e não o “mínimo”, que para mandar é preciso saber mais do que sabem os que serão mandados [...]”, (GARCIA, 2001, p. 92), ou seja, os poderosos querem valorizar o aprendizado dos filhos, exigindo para eles uma escola de qualidade, para que, segundo Garcia mais tarde possam não só mandar, mas desvalorizar o conhecimento popular de seus submissos, fazendo com que acreditem que não sabem nada e o que sabem, não lhes servirá para nada.

Assim, o conhecimento das classes populares, construído no cotidiano de suas vidas, vai sendo negado na escola, como o “não-saber”, embora esteja lá e apareça por impertinência, o tempo todo. Alguns autores começaram a dar atenção a esse conflito velado de saberes e foram observando que, ao lado do currículo oficial existe outro que não se quer ver/ouvir/tocar/sentir, composto por tudo aquilo que não foi selecionado, normalizado, hierarquizado, centralizado, ou seja, o tudo mais, o muito mais – o “currículo negado. (GARCIA, 2001, p. 92)

Dessa maneira, vamos enxergando essa realidade, e ao invés de tentar mudá-la, desanimamos achando não poder fazer nada, a não ser perceber a existência dessa hierarquia. Uma hierarquia que prejudica cada vez mais o conhecimento popular, de modo a desvalorizá-lo, fazendo com que a evasão se torne cada vez maior nas escolas. Desmotivados alguns educandos desanimam e até acreditam de nada valer os conhecimentos obtidos na escola.

Contudo, consciente de seu papel imprescindível na sociedade, mesmo sentindo-se presa, por essa hierarquia, a escola, ainda pode fazer alguma coisa para reverter esse quadro. Tecer sua rede para conseguir atender a necessidade de tornar acessível todos os conhecimentos necessários aos alunos a fim de torná-los cidadãos. Quanto a isso Alves (2001, p. 117) ressalta que:

Para a escola, a esfera do cotidiano vem indicando a necessidade da crítica radical á organização dominante; internamente, tanto quanto à estrutura de poder, quanto ao fazer pedagógico, como quanto á sua estruturação curricular; externamente, quanto aos limites e relações de poder existentes na sociedade, quanto ás relações a educação com a sociedade (o mundo do trabalho, os movimentos sociais etc.), a busca da identificação/caracterização/análise crítica/proposição dos conhecimentos da prática, nas suas múltiplas construções teóricas (racionais, imaginárias,

artísticas etc.). Desta maneira, ao mesmo tempo em que se cria teoria, se busca criar soluções – sempre parciais e aproximativas, porque se trata de processos humanos, que tentam responder a problemas existente, localizados e datados.

A escola é simplesmente um caminho a mais para a formação de um sujeito, “seu propósito não é formar um técnico, um cidadão, um crente, mas um homem” (REBOUL, 1985, p. 18). Sendo assim a escola se resume como uma instituição formalmente pedagógica, com ações que promovem o aprendizado, a fim de que se formem sujeitos capazes de viver em sociedade, interagindo, criticando, sendo um ser pensante digno de viver em sociedade.

Ainda segundo Reboul (1985, p. 18), a formação escolar que se deseja ao “aluno, não é para integrá-lo nesta ou naquela comunidade nacional, profissional ou religiosa, mas para fazê-lo entrar na comunidade humana, transcendente às épocas e às fronteiras[...]”. O mesmo autor ainda relata que:

A educação tem por fim formar o homem, seja pela “escola dos sentimentos”, isto é, a família, seja pela instrução. O ensino não é senão essa parte de instrução cujo fim é cultivar o homem formando-lhe o juízo. Tanto é falso crer que o ensino é bastante quanto crer que é indispensável. (REBOUL, 1985, p. 25)

Diante disso, é perceptível que não podemos viver sem vida escolar, pois ela, segundo Rego, nos propicia uma educação sistemática que foge da nossa visão e por isso “[...] desempenha um papel importante na formação dos conceitos de um modo geral e dos científicos em particular”. (REGO, 1995, p. 79)

Assim juntamente com a educação familiar, a escola nos torna seres capazes de dirigir a própria vida, seguindo princípios, mais autônomos de nossa própria história. A educação é tudo, sem ela seríamos incapazes de nos relacionar com o outro “[...] a natureza humana, fora da educação, reduz-se a bem pouco”. (REBOUL, 1985, p. 34). Desde que nascemos, já somos integrantes da sociedade, que nos promove por meio de educação familiar, escolar e social um aprendizado que nos conduz à autonomia de nossas vidas, assim “[...] cada homem não é o que é senão pela educação”, (REBOUL, 1985, p. 35)

Assim a escola educa para formar um cidadão, capaz de se inserir na sociedade através de suas próprias relações sociais. Entretanto quando pensamos na escola percebemos que “[...] a educação se faz, primeiro, na família, sem falar do “terceiro meio” constituído pela rua, pelo esporte, pelos movimentos da juventude,

pela mídia, etc.”, (REBOUL, 1985, p. 7). Assim o autor discute o que muitos professores já têm de fato afirmado em suas trajetórias nas escolas, de que nem a escola, nem o educador podem escolher o rumo certo para cada educando. Portanto, a escola vai dar hoje o que o aluno não pode aprender sozinho, para que ele aprenda e amanhã seja autor de sua própria história.

Para explicar o papel da escola no processo de desenvolvimento do indivíduo, Vygotsky faz uma importante distinção entre os conhecimentos construídos na experiência pessoal, concreta e cotidiana das crianças, que ele chamou conceitos cotidianos ou espontâneos e aqueles elaborados na sala de aula, adquiridos por meio do ensino sistemático, que chamou de conceitos científicos. (REGO, 1995, p. 77)

Assim, apenas nessas interações de conceitos científicos, não podemos escolher o futuro da nossa criança de hoje, nosso adolescente de amanhã, o que podemos é plantar sementes, fazer nosso papel, pois mesmo achando ser ele pouco, com certeza é muito significativo na vida de cada um. Alguns levam isso para si por toda a vida, outros através de maus exemplos até mesmo da própria família, acabam fazendo parte de uma realidade que não escolhem, mas sim lhes sobram.

Diante disso, fica claro que não somos nada sem a educação, aquela proporcionada pela família desde que nascemos, e aquela vinda da escola, realizada através de práticas pedagógicas além da que aprendemos nos diversos meios nos quais estamos inseridos. O que realmente implica em todo resultado, são as capacidades e comprometimento de cada um em exercer essa educação possibilitada a nós. Contudo, a escola, em si comporta uma grande responsabilidade de desempenhar na sociedade o papel de oportunizar a todos, o aprendizado significativo por meio do processo educativo.

4 O PAPEL DO PROFESSOR NA VIDA ESCOLAR DOS ALUNOS

O professor é um grande aliado no aprendizado do aluno, é ele quem media o conhecimento, instrui e traz para a realidade de cada educando, situações de aprendizagem, que enriquece o conhecimento de cada um. Por isso, é que este deve amar o que faz e ter paixão por ensinar, pois tudo o que se faz com paixão, se faz com comprometimento para que seja bem realizado.

Às vezes o termo paixão se confunde com os diversos significados da palavra. Isso se dá não somente por muitas pessoas acharem que a professora tem que apenas ensinar e pronto, mas também porque há muitas professoras que dizem amar a profissão e se baseiam só nessa justificativa para realizar seu trabalho. Não buscam relacionar essa paixão com o compromisso pedagógico, de educar por meio de um processo significativo.

Para Assmann (1999) o termo paixão deveria ser usado como uma linguagem motivadora sobre a educação. Ele ainda ressalta a necessidade de uma atenção para a utilização de tal termo dizendo, “Parto do pressuposto de que se fique atento a isso, mas que, por outra parte, não se ignore que precisamos de linguagens esperançadoras.” (ASSMANN, 1999, p. 9).

Assim como nós educandas que estamos completando graduação em Pedagogia, estudamos muito sobre a relação do professor com o aluno na sala de aula e tentamos através de nossos estudos, compreender a significação da palavra paixão relacionada à educação, até que chegássemos a um conceito similar ao de Assmann (1999, p. 10) quando diz “refiro-me àquele tipo de discurso sobre a educação que faz questão de invocar a presença da paixão: a paixão de aprender, a paixão de conhecer, a paixão de educar, e formulações parecidas a essas.”

Ainda para Assmann (1999) paixão é uma linguagem que nos diz ser necessário mudar, inovar, sair da mesmice, ou seja, um professor que não tem paixão por aprender, utilizar técnicas inovadoras e fazer com que seu aluno aprenda novos conceitos, não é um professor apaixonado. Para ele, tanto faz o jeito que vai ensinar. Repetir sempre a mesma coisa ou avançar no processo sem refletir sobre o mesmo, isso não importa, ele só quer cumprir seu horário ou o programa estabelecido pelos livros didáticos. Diferente disso fará um professor apaixonado por ensinar. Este sempre buscará inovar suas técnicas, seus conhecimentos, utilizando

uma metodologia interativa, se apaixonava a cada dia mais pelas novidades que surgirão para si próprio e aos seus alunos.

Sempre temos o que aprender com professores que acreditam, socializam e compartilham suas experiências, sentindo o prazer de perceber o desenvolvimento de seus educandos. Esses são verdadeiros autores que criam e recriam a prática docente e acreditam que um ensino inovador inserido em uma realidade concreta em que vive o aluno é totalmente significativo, diferente de um ensino tradicional que não tem significado nenhum para os estudantes.

Nesse sentido, Assmann (1999, p.18) acredita que “Precisamos de linguagens pedagógicas que ajudem os aprendentes (professores/as e alunos/as) a se sentirem bem no meio dos mais árduos esforços de aprender”. A situação do processo de ensinar deve estar permeada de palavras relacionadas ao contexto pedagógico que se reproduzem significativamente, envolvidas numa relação acolhedora, amável e carinhosa. É com certeza uma tarefa difícil a de aprender e ensinar, mas uma atividade cheia de significados que motivam e conduzem ao aprendizado.

Partindo desse pressuposto Assmann (1999, p. 18) diz que:

Educar é, fundamentalmente, criar condições para acessos a experiências de aprendizagem. O fruto da educação não pode se resumir a alguns saberes formalizados. Hoje, isso evidentemente não basta para a vida de ninguém, e a escola nem poderia transmitir todos os saberes requeridos ao longo da vida. Por isso, a escola deve se preocupar com criar e recriar as condições para que docentes e aprendentes se sintam em estado de apaixonamento por aquilo que irá proporcionar-lhes vida, ou seja, a unidade – em sua própria vida e no convívio com os demais - entre processos vitais e processos de aprendizagem.

O autor Röhr enfatiza a importância de o professor ter cuidado e comprometimento com a sua ação pedagógica frente à ética, pois ele não pode realizar as tarefas que são próprias dos alunos e, sim, desenvolver uma metodologia interativa. Só assim o processo oportuniza a construção da autonomia dos sujeitos envolvidos: “o educador depara-se constantemente com a autonomia do educando enquanto conquista própria, necessária no decorrer do processo” (RÖHR, 1999, p. 106). Portanto, o professor deve respeitar a liberdade e autonomia que seu educando tem, sendo assim ele não se afasta da sua capacidade ética, possibilitando ao seu aluno apropriar-se da sua.

Dependendo das escolhas de valores e competências que o professor faz perante a sua formação, ao invés de melhorar o aprendizado das crianças, pode ter consequências negativas, como resultado dessas decisões. Para que se compreenda melhor esse aspecto reflitamos um pensamento de Rösing (1996, p. 111), referindo-se a questão da leitura em que a autora diz que o não comprometimento do professor com o uso adequado de suas competências profissionais torna-se:

[...] uma das causas responsáveis pelo desinteresse das pessoas em geral e, especialmente, dos alunos pela leitura, uma vez que são coagidos, enquanto leitores em formação, a se relacionarem com temas distantes da sua área de interesses e de necessidades.

Esse fato pode acontecer em diversas escolas, onde muitos professores levam os alunos a fazerem leituras para produção e não estimulam a diversificar, mudar um pouco, ou até mesmo trazer uma leitura prazerosa, em que o aluno se interesse, sentindo-se motivado a fazer algo que seja parte da sua realidade.

Fica, pois, constatado que o professor exerce uma função muito importante na sociedade, ele tem um papel fundamental na vida de cada aluno, resta a ele ser competente para fazer um bom trabalho.

Outro aspecto discutível na prática educativa é a tecnologia que segundo Mercado (1999, p. 89),

Um professor consciente e crítico é capaz de compreender a influência da tecnologia no mundo moderno e é capaz de colocá-la a serviço da educação e da formação de seus alunos, articulando as diversas dimensões de sua prática docente, no papel de um agente de mudança.

Ainda para o mesmo autor o papel do professor não é tornar fáceis os conteúdos que ensina, mas desafiar no sentido de buscar resolver, no ambiente escolar, junto com os alunos, a situação-problema (MERCADO, 1999).

Rego (1995, p. 91) ressalta que “o papel do professor se restringe à criação de um ambiente “democrático”, onde não há hierarquia, pois busca estabelecer uma relação de simetria e igualdade com o grupo de alunos”. Desse modo, para ele o educador tem o papel fundamental de interferir o mínimo nas relações do cotidiano, apenas nas desavenças, para que não seja inibido o sentimento da descoberta, do novo.

Freire, (2006, p. 56) outro conceituado autor, discute que o papel do educador na sala de aula, não pode ser como aquele “[...] educador que, ensinando geografia, “castra” a curiosidade do educando em nome da eficácia da memorização mecânica do ensino dos conteúdos, tolhe a liberdade do educando, a sua capacidade de aventurar-se”.

Dessa forma, Freire (2006) defende a idéia de deixar fluir a curiosidade de seus alunos, fazer um ensino diferenciado, apaixonado, para que não caiam na mesmice e sejam limitados no pensar e defender seus ideais.

[...] como professor, tanto lido com minha liberdade quanto com minha autoridade em exercício, mas também diretamente com a liberdade dos educandos, que devo respeitar, e com a criação de sua autonomia bem como com os ensaios de construção da autoridade dos educandos. (FREIRE, 2006, p.95)

Para Gallo (2001), a formação do aluno se dá não só na relação com o professor, mas também com todos os integrantes do âmbito escolar. Sendo assim o professor não é o único a participar na construção de sua personalidade no espaço escolar, pois

Uma aula de qualquer disciplina constitui-se, assim, em parte do processo de formação do aluno, não pelo discurso que o professor possa fazer, mas pelo posicionamento que assume em seu relacionamento com os alunos, pela participação que suscita neles, pelas novas posturas que eles são chamados a assumir. (GALLO, 2001, p. 20)

É visto então que a sala de aula é sem dúvida o espaço em que o aluno aprende a tomar posicionamentos, expor suas idéias, criticar a realidade, porém é também um espaço a mais para que o aluno se relacione com os demais e aprenda a ser cidadão.

Tendo em vista ter o professor um importante papel no desenvolvimento do aluno, uma vez que para contribuir com o mesmo de maneira significativa, ele deve trabalhar em uma perspectiva transversal. Para Gallo (2001, p.37), isso se torna muitas vezes uma tarefa difícil, [...] dado que fomos, nós próprios, formados de maneira compartimentalizada e de certo modo “treinados” para trabalhar dessa forma, reproduzindo nos alunos as estruturas dos “arquivos mentais estanques”.

Esclarecendo mais esse ensino fragmentado, Garcia (2001, p. 96) escreve: “[...] não é por acaso que se denomina “grade” às amarras que prendem e

separam as disciplinas”. Isso é uma verdade que permeia nosso ensino. Devemos compreender que “[...] ou se rompem as grades ou continuamos a ver os nossos alunos e alunas perdidos na divisão disciplinar, sem conseguir religar os conhecimentos de modo a lhes dar sentido”.

Para superar essas rotinas escolares, devemos buscar e exercer práticas inovadoras que possibilitem ao aluno aprender e conquistar seu espaço no mundo com transversalidade, contextualização, para que possa ser mais ágil, crítico e dono dos seus próprios ideais.

Não podemos fazer muito porque somos meros professores, menores que as imposições políticas, que as exigências sociais, e até mesmo que a burocracia escolar, assim nos sentimos muitas vezes de mãos atadas, e o pouco que nos resta, na maioria das vezes nos é imposto, porém “ cada professor poderia, para começar, tentar mostrar que os conteúdos que ensina em suas aulas não estão isolados, mas se relacionam de algum modo com tudo o mais que o aluno aprende na escola” ,(GALLO, 2001, p. 38).

O que podemos fazer é pouco, mas a pequena ação transformadora no espaço em que somos autônomos pode ter uma repercussão e um resultado maior do que o que imaginamos; sem dúvida, no mínimo conseguiremos mais do que insistindo na pálida apatia conformista que nos reduz a meros “reprodutores da mesmice”. (GALLO, 2001, p. 38)

É uma pena, mas, infelizmente “[...] esta é a “realidade” cotidianamente vivida em tantas de nossas escolas, aquela que professores e alunos foram ensinados a considerar normal”. Escola que o professor não cria condições para suprirem a curiosidade das crianças, fazendo com que essas, não tenham espírito crítico, instigante sobre as questões que as cercam. (GARCIA, 2001, p. 88)

Por isso, o compromisso do professor com sua prática pedagógica se torna mais do que uma mera importância para si, não basta se especializar para tornar seu conhecimento mais amplo, mas sim para que possa tornar o conhecimento do aluno mais amplo, principalmente em relação ao seu significado diante da realidade que o cerca.

Para Garcia (2001, p. 106) “[...] é preciso admitir que mais que alunos e professoras, em sala de aula, somos colegas que podemos ensinar uns aos outros os tão variados saberes e conhecimentos que sabemos [...]”, ou seja, o professor e o aluno por meio dos conhecimentos adquiridos vão socializar e construir saberes

relacionado às suas vivências a partir da capacidade de um se colocar no lugar do outro, de transmitir valores, respeitar a liberdade de cada um e ter uma parceria que enriquecerá suas vidas.

Outra questão levantada pela autora acima citada é de que existem problemas diários dentro da sala de aula, e uma das saídas seria o senso de humor ou até mesmo a afetividade que o aluno tem para com a professora, que geralmente facilita para que esta resolva os problemas e conflitos do dia-a-dia.

Isto nos leva a pensar na importância de analisar como professores e alunos lidam com as situações efêmeras, circunstanciais, imprevistas e espontâneas, que ocorrem diariamente no cotidiano da escola e sala de aula e que são desencadeadoras da ordem que emerge do caos. O cotidiano escolar e os currículos em redes aí realizados são extremamente ricos em dinâmicas imprevistas, aleatórias, complexas e multifacetadas que caracterizam as relações não-lineares dessas redes. Estudar esse cotidiano implica em viver essas dinâmicas. (GARCIA, 2001, p. 142)

A desvalorização social e econômica que o professor vivencia, muitas vezes, serve como desculpa para o que não dá conta de uma prática pedagógica inovadora, pois se equilibra entre dois ou três turnos diários de aula, para que o salário renda um pouco mais.

A explicação dada para essa prática sem inovação seria o fato de que “[...] o educador esbarra numa resistência que não pode nem ignorar, nem destruir, sem arruinar o próprio projeto” (REBOUL, 1985, p. 36), ou seja, às vezes o educador tem uma proposta favorável à desestruturação da mesmice, mas por algum motivo é barrado, às vezes pela direção, às vezes pelos pais.

E são essas resistências que promovem os mais variados tipos de educadores dentro das instituições, pois cada um desses passa a aderir por aquilo que mais lhe convém. Então, como afirma Reboul (1985), há o professor tradicional, que não permite o direito à palavra ao aluno, que predomina o silêncio efetivo na sala de aula, como também tem professores que permitem a manifestação dos educandos, “[...] ficando bem entendido que eles podem ter razão com o mestre, não contra o mestre” (REBOUL, 1985, p. 45).

Portanto, há também um método que permite e reconhece a liberdade do aluno diante do professor, esse método, é o tal chamado diálogo, que no decorrer da conversa ou reflexão coletiva o professor também [...] “corre o risco de não ter razão”.

Certo, para esse diálogo, traz o mestre saber mais sólido, experiência mais rica, visão mais clara daquilo que está em jogo. Mas o que traz nunca é mais que seu ponto de vista, um ponto de vista entre outros. E seu papel é, então, fazer valer esses outros, deixar, a cada aluno, o direito à palavra; pois, nessa palavra, seja ela brilhante ou balbuciante, pode aparecer pensamento inteiramente novo, ao pé do qual o do mestre aparecerá, súbito, como desgastado pelos hábitos e pelos livros. Se não correrdes esse risco, haveis de correr, então, o risco de abafar o outro, de extinguir o que houver, no aluno, de pensamento informulado, mas verdadeiro, de gênio. Não temos o direito de ensinar senão quando corremos o risco de ser ensinados, de ser vencidos pela verdade do outro. (REBOUL, 1985, p. 45)

Adotando essa metodologia, o educador terá o papel de lembrar as regras do jogo, contudo deve também deixar que seu aluno escolha seu próprio destino. Sendo assim o educador saberá [...] “que não é o detentor da autoridade, mas a testemunha” (REBOUL, 1985, p. 47), ou seja, a autoridade existe em todos os grupos sociais, tem que haver uma regra, para que não haja bagunça, a cada um é destinado uma tarefa, e seja qual for cada um tem que exercer o seu papel.

Trata-se de uma autoridade democrática, da existência de uma liderança no grupo, pois na vida em sociedade ou coletiva não temos por onde fugir das regras de convivência, de forma que todos sintam-se como sujeito participante do processo o que não pode ser diferente na aulas perante aos nossos alunos. O professor “não está acima deles, está com eles”. (REBOUL, 1985, p. 47).

Podemos então, constatar, que para acontecer um ensino de qualidade, voltado para a formação de um cidadão pensante, crítico autônomo em sua vida social, com sabedoria, o professor influencia fortemente, mas depende do esforço e comprometimento do aluno também para de fato acontecer a significação da aprendizagem e uma melhoria no saber de ambos.

4.1 Formação Continuada

O professor faz parte do processo de ensino-aprendizagem do aluno, ele por sua vez é o sujeito mediador da construção do conhecimento. Para exercer sua função, é necessário possuir uma boa formação, tendo consciência de que a formação humana é um processo inacabado. Por isso, busca atualizar-se por meio dos programas de formação continuada, tendo comprometimento, responsabilidade,

um vasto conhecimento, domínio do conteúdo, paciência, amor e paixão pelo o que faz.

Diante disso, esse educador deve sem dúvida inovar seus conhecimentos para atender as necessidades que cada turma comporta, pois, sobre “[...] a questão da formação do educador, compreendemos a fundamental importância em tomar consciência da idéia da integralidade do pedagógico e da necessidade de optar diante dela”, (RÖHR, 1999, p. 102)

O professor exercendo sua função com comprometimento pode ser um forte aliado consigo mesmo. Desse modo, pode organizar grupos de estudo, debates com os colegas de profissão, visando novas experiências, reformulação de conceitos, enfim enriquecer seu conhecimento.

Perrenoud (2000, p. 157) afirma o quão modo importante é reconhecer “que as práticas pedagógicas não são unificadas [...] e que coexistem, no mesmo sistema, às vezes no mesmo estabelecimento, práticas extremamente diversas, umas à frente de seu tempo, outras dignas de museu.”

Diante desse fato, cabe às escolas buscarem meios para os profissionais competentes e apaixonados por ensinar de diversas formas, socializarem suas experiências, dando ênfase a um ensino inovador, com outros que encaram o ensino como mera profissão e, não como forma de inovar a o processo educativo e consequentemente a sociedade.

É melhor que professor se interesse mais por trocas de experiências e inovações de seu ensino, batalhar mais por seus direitos de espaços e tempo para a realização de suas atividades. Segundo Garcia (2002, p. 97), “Tudo isto não é novo para tantas professoras que souberam/sabem que sozinhas não vão muito longe e que desde muito tempo lutaram no interior da escola e em seus sindicatos pelo direito a espaços de reuniões pedagógicas”. Observamos a existência de reivindicações, por parte de professores interessados em novos saberes, para que haja encontros no espaço escolar, onde possam aprender uns com os outros, fortalecendo sua forma de ensinar, inovando através de trocas de conhecimentos.

Por isso Garcia (2002, p. 99) afirma que “a partir de atividades como essas, são frequentes as trocas de saberes-fazeres e de ações comuns e que, na escola, são muitas vezes paralisadas, por falta de espaços/tempos de socialização”.

É obvio que não podemos generalizar, não são todos os professores que têm a percepção de que a escola precisa enfrentar a realidade, encarar as

mudanças, sentindo-se parte dessas mudanças de modo que signifique algo para si e para seus alunos.

Para quem prioriza a significação da ação pedagógica na vida do aluno, sabe que “melhor será que participemos desse fascinante processo de criação coletiva, fazendo uma alegre aventura de conhecer o mundo e propor mudanças ao que percebemos de equivocado”. (GARCIA, 2002 p. 106)

Neste contexto, o professor como educador deve entender que a formação continuada é importante, tanto para apropriar-se de um novo conhecimento, como também para diferenciar sua prática educativa a fim de compartilhá-la com os demais colegas de trabalho. E essa é uma luta diária visto que existem diversas possibilidades, habilidades e competências a serem trabalhadas nas escolas, que podem gerar conflitos se o educador não tiver cuidado. Röhr, (1999, p. 104) acrescenta:

Tanto em nível de reflexão pedagógico-teórico quanto em nível de transmissão de conteúdos didáticos na prática educativa deparamo-nos com a imposição de supostas verdades absolutas como também com a indiferença diante das verdades das teorias e conteúdos presentes na proposta relativista.

Assim, segundo Röhr (1999), essa idéia relativista nos leva a refletir até onde podemos considerar as contribuições e os limites de cada disciplina ou conteúdo para a formação nossos educandos. Se o educador não toma a postura do relativismo, ele deixa de educar, pois se sente dono da verdade absoluta, abandonando o pedagógico e, “em vez de educar começamos a doutrinar, manipular, adestrar”, (RÖHR, 1999, p. 104). O professor acaba fazendo com o que o aluno reproduza a tal verdade absoluta que ele está ensinando, sem se preocupar em desenvolver o lado crítico e pensante de cada aluno.

Perrenoud, (2000, p. 155) reforça a ideia do saber inacabado dizendo: “a formação contínua conserva certas competências relegadas ao abandono por causa das circunstâncias. O exercício e o treino poderiam bastar para manter competências essenciais se a escola fosse um mundo estável”, ou seja, aqui há uma importância de se exercer a formação continuada para desenvolver novas competências profissionais, pois o pleno exercício dessa profissão não basta já que a escola muda tanto, e é tão vulnerável as imposições políticas e sociais, diante

disso a inovação do saber pedagógico se torna imprescindível para uma educação de qualidade.

“Daí a necessidade de uma formação contínua [...] que ressalta o fato de que os recursos cognitivos mobilizados pelas competências devem ser atualizados, adaptados a condições de trabalho em evolução.” (PERRENOUD, 2000, p. 156) para que o ensino seja não só inovador, mas também significativo para o aluno.

Cabe ao educador ter consciência de que necessita ter uma formação contínua para certificar-se de como administrar suas habilidades e competências nas aulas, pois só ele pode demonstrar até que ponto esse aspecto se faz importante na sua ação pedagógica.

Para Valejjo (2002, p.28) por um lado a ideia que se tem da formação continua é que “[...] aprofundando essa dimensão no grau inicial do processo de formação, assentemos as bases para que seja a partir da ótica da própria pessoa que promovamos as necessidades para a mudança [...]”, ou seja, ele parte do pressuposto de que a mudança deve partir da necessidade que a pessoa sente de se capacitar.

É importante trazeremos “[...] ar sempre renovado ao nosso trabalho profissional”, (VALEJJO, 2002, p. 29). Sendo assim, para ele não basta se capacitar, mas sim trazer essa capacidade como uma nova forma de se trabalhar em sala de aula. Para tanto, lembramos que cabe ao professor então, deve ir além de sua formação inicial, pois ele precisa estar atualizado. A escola muda, os alunos mudam a sociedade muda, por isso o ensino deve conseqüentemente mudar, para que possamos contribuir na construção de uma sociedade melhor.

5 RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

A relação entre família e escola, é uma parceria fundamental para que se tenha bons resultados na aprendizagem do educando, visto que a família é como uma base, e que nela começam a ser transmitidos os primeiros ensinamentos necessários para a convivência social dos educandos.

Deste modo é importante que a família tenha a percepção e esteja sempre atenta aos exemplos de vida que dão aos filhos, pois

[...] é bom lembrar que a postura não é adquirida apenas na escola: já na família e nas diversas instituições sociais a criança vai tomando contato com uma série de realidades que a levam a assumir determinadas posturas, sendo que com o passar do tempo ela vai filtrando algumas, cristalizando outras, formando o caráter, a personalidade. (GARCIA, 2001, p. 19)

A partir das diferentes realidades o educando vai vivenciando na família e em outros âmbitos sociais, e nessas relações começa a se apropriar cultura, saberes, costumes e assume as posturas que lhe estão servindo de exemplo.

Atualmente podemos dizer que a família se reconfigurou muito para atender as inovações sociais e as necessidades surgidas a partir delas. Os pais já não podem comprar casamentos, decidir a profissão dos filhos, ou seja, eles educam seus filhos a sua maneira, mas não para si. Chega um momento em que este se torna independente e vai adquirindo competências e habilidades para viver a vida que considerar melhor.

Ainda assim, “[...] a família conserva sempre suas duas principais funções em matéria de crianças: protegê-las (nutri-las, vesti-las, tratar delas, etc.) e educá-las”, (REBOUL, 1985, p. 10). Embora o filho enquanto ser pensante e construtor de sua autonomia, em certo momento de sua vida, faça suas próprias escolhas, principalmente quando se torna adulto. Durante a infância, adolescência e grande parte de sua juventude, ele é criado pela família que o protege e educa conforme os paradigmas de suas descendências.

Isso às vezes se torna preocupante, porque embora tenhamos pais maravilhosos, capazes de educar o filho não só com possibilidades, mas também com limites, outros ainda não atendem a essa demanda.

Como protetora, a família, sociedade fechada, desempenha papel essencialmente conservador; desconfia, como da peste, de toda inovação social, de todo não-conformismo, de toda revolta, de todo pensamento, ao cabo. Como educadora, é, por essência, sociedade hierárquica e repele a igualdade; ter vantagem sobre irmão mais velho e, mais ainda, sobre pai, ou mãe, é ofendê-los. Piaget mostrou assim, que a criança não aprende, na família, senão uma moral de coerção e de submissão a uma regra, tanto mais sagrada quanto menos compreendida. Protegendo-a e criando-a, a família se arrisca sempre a fazer, da criança, eterno menor. (REBOUL, 1985, p. 11)

Deste modo a família, quando se fecha, conservando seus princípios, passa a acreditar que a inovação não seja uma forma de melhorar e sim de tentar mudar o seu jeito de educar, contrariando seus valores e princípios. Então educa de forma que o filho se submeta sempre as regras, a hierarquia que começa pela autoridade maior, a figura do pai, e em sequência vem à mãe, irmão mais velho, depois o menor.

A escola vem pra desmistificar essa idéia de que o novo não pode ser considerado importante. Para Rego (1995, p. 97) o indivíduo “é entendido assim como um ser em permanente construção, que vai se constituindo no espaço social e no tempo histórico”. Por isso a escola vem quebrar as regras e tentar proporcionar a igualdade, além de considerar o papel da família fundamental em todas as questões, que envolvem o sujeito que vai receber o auxílio e apoio dela para transformar sua história e se integrar no meio social cultural de sua comunidade.

Para reafirmar o papel da instituição, Galvão (1995, p. 101) ressalta que “é bom lembrar que a escola, ao possibilitar uma vivência social diferente do grupo familiar, desempenha um importante papel na formação da personalidade da criança”.

O desenvolvimento do aluno se dá nessas interações e todo o processo dessas relações deve ser pensado e executado a ponto de se obter um resultado significativo, pois para Galvão (1995, p. 44), “a construção da consciência de si, que se dá por meio das interações sociais, re-orienta o interesse da criança para as pessoas, definindo o retorno da predominância das relações afetivas”. Sendo assim tanto a escola, quanto a família deve perceber que a relação afetiva também é uma aliada nesse processo. Muitas vezes o aluno gosta da professora e da sua proposta, e passa a aprender porque dessa relação afetiva, a mesma coisa acontece na família.

[...] Wallon propõe que se estude o desenvolvimento infantil tomando a própria criança como ponto de partida, buscando compreender cada uma de suas manifestações no conjunto de suas possibilidades, sem a prévia censura da lógica adulta. (GALVÃO, 1995, p. 37)

Portanto, estima-se que o ensino da criança parta do conhecimento que ela já adquiriu, assim fica mais fácil compreender suas atitudes sem censurá-las, percebendo e respeitando sempre o limite de seu desenvolvimento. Se assim acontecer possibilitará a todos os integrantes desse processo, evitar conflitos, esses por sua vez “[...] resultantes dos desencontros entre as ações da criança e o ambiente exterior, estruturados pelos adultos e pela cultura”. (GALVÃO, 1995, p. 42).

Logo essas interações resultantes de vários fatores, inclusive o afetivo abrem caminhos para outros fatores que oportunizam ou fortalecem o processo de aprendizagem. Para Galvão (1995, p. 44) “os progressos intelectuais dirigem o interesse da criança para as coisas, para o conhecimento e conquista do mundo exterior, imprimindo às suas relações com o meio [...]”. A partir do momento que a criança estiver inserida no contexto sócio cultural, ela passa por processos às vezes provocados pela afetividade, e logo quando se percebe, ela mesma já está querendo explorar o que lhe ensinado.

Refletindo sobre a integração família e escola, no desenvolvimento cognitivo do aluno, encontram-se algumas vezes, divergências sobre essa relação, onde “muitos professores apontam a ausência dos pais, seu descomprometimento com questões de formação moral e aprendizagem dos filhos, como uma das grandes dificuldades da escola”, (HOFFMANN, 2001, p. 32).

O fato de a escola ou professores atribuírem a dificuldade de aprendizagem da criança aos pais nos faz refletir sobre seus respectivos papéis. Hoffmann (2001, p. 33), destaca que “dificuldades de aprendizagem não são responsabilidade direta das famílias, mas dos profissionais que atuam nas escolas, bem como a questão das relações interpessoais no ambiente escolar”. Então, todo o processo pelo qual a criança passa, é determinante a sua aprendizagem, cada um deve ter a consciência e desenvolver a sua função, só assim, a criança terá uma vivência significativa a ponto de se apropriar dos conhecimentos apresentados a ela.

É compromisso dos pais acompanhar o processo vivido pelos filhos, dialogar com a escola, assumir o que lhes é de responsabilidade. Mas é compromisso da escola compreender e assumir os compromissos e limites de cada parte [...] (HOFFMANN, 2001, p. 33).

A escola, mais que tudo deve tomar frente, na resolução dos problemas de aprendizagem, desempenhando seu papel com responsabilidade e comprometimento. Estar ciente de que apenas “promover o diálogo com as famílias não significa compartilhar com elas o compromisso profissional da escola” (HOFFMANN, 2001, p. 33). Sem dúvida seu papel vai muito além disto, sobretudo de se posicionar diante da sociedade, mostrando suas competências, a fim de atender sua comunidade promovendo ensino significativo a ponto de configurá-la para uma melhoria visível.

Não são os pais que devem decidir os procedimentos da escola, porque não tem a competência profissional para tanto. É compromisso da escola explicar seus princípios, fundamentos, trocar idéias acerca de expectativas e sentimentos das famílias frente as inovações, para ajustar propostas pedagógicas. (HOFFMANN, 2001, p. 34)

Sendo assim, a escola enquanto instituição responsável a dar suporte para a criança se integrar ao meio ao qual está inserida de forma significativa, deve estar em constante diálogo com a família, promovendo mudanças quando necessárias.

Outro aspecto considerado importante e cada vez mais frequente nas salas de aula é a separação de pais. Hoje é mais comum ter este tipo de alunos, e a escola tem que estar preparada para trabalhar com esse novo perfil de família e de sociedade que se constrói sobre os paradigmas da modernidade. Segundo Oliveira (2008, p. 176)

Separações de casais, famílias monoparentais, uniões informais, uniões homossexuais, etc. são consideradas perigosas ao bom desenvolvimento psíquico e moral das crianças. Ademais, o pai não é tratado como figura privilegiada de educador.

O fato de essa desconfiguração familiar interfere na aprendizagem da criança, visto que o lado afetivo da mesma deve estar bem, para ajudar a atingir e desenvolver o cognitivo, ou seja, com a figura de família desestruturada a criança passa a ter sentimentos de perda, em relação aos demais colegas.

Diante disso, é considerável que os vários problemas vivenciados pelos alunos e professores na sala de aula, não se restringem à responsabilidade da escola e da família em suas funções e competências. também são resultantes das

relações econômicas, tecnológicas, ideológicas dentre outras tantas, bem como, de todo o meio em que das crianças desenvolvem suas experiências de vida.

Como costuma acontecer com todos os problemas complexos, com muita frequência esses diferentes fatores atuam juntos, de maneira que a conjunção de certas características individuais, mais certas experiências educativas, mais o choque entre a cultura escolar com a familiar, mais as influências de outros fatores sociais e culturais mais amplos conspirarão para tornar altamente provável a experiência de fracasso em um certo número de alunos. (PALACIOS, 2004, p. 76)

Nessa perspectiva, a análise do sucesso ou do fracasso escolar não pode furtar-se à consideração do papel que a família e a escola desempenham. Porém também é verdade que não pode se esquecer da influência que meio social exerce sobre esse processo, tanto em sua origem, como em sua manutenção ou superação e consequências.

A todo aprendizado seja ele a educação familiar ou os conhecimentos científicos e, apropriação de aprendizados significativos, ensinados no âmbito escolar, necessita da ajuda da intervenção do outro. Segundo Rego (2002, p. 109) “para que a criança possa dominar esses conhecimentos é fundamental a mediação de indivíduos, sobretudo dos mais experientes de seu grupo cultural”,.. Por isso é tão importante que os pais intensifiquem suas relações com a escola, visando um aprendizado efetivo e significativo para seu filho.

Escola e família - duas instituições distintas, com papéis diferentes, mas com muito em comum, por isso deve tornarem-se aliadas, a fim de superarem as divergências que possam surgir no caminho do aprendizado dos alunos, visando construir juntas um modelo de sociedade, cada vez mais configurado, mais inovador, ético e justo. Família e escola, uma parceria a ser sempre valorizada e reforçada, pois é fundamental caminharem juntas, em tudo o que está relacionado à educação das crianças como seres criativos, pensantes e interativos no meio em que vivem.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa será desenvolvida a partir de uma perspectiva qualitativa, sem negar a dimensão quantitativa e sobre isto Chizzotti (1998, p. 79) afirma:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito [...] O conhecimento não se restringe a um rol de dados isolados, ligados apenas por uma teoria explicativa; O sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Essa pesquisa foi exploratória e descritiva, por estar mais de acordo com tema, ao mesmo tempo em que identifica os sujeitos da pesquisa. Foi trabalhado com levantamento bibliográfico, por isso exploratória e com levantamento de dados, por meio de entrevista, por isso, descritiva. A pesquisa foi realizada em uma escola da rede privada do município de Criciúma.

A pesquisa se deu por meio de entrevista semi-estruturada, e foram gravadas e transcritas. Foi assinado com as participantes da pesquisa um termo de consentimento (em anexo), em que nele consta a autorização das professoras a publicação das informações. O nome da escola e das participantes foram preservados e usadas letras para identificá-los nas informações transcritas. Na presente pesquisa também se fez um levantamento bibliográfico para fundamentar a análises dos dados coletados.

O método, segundo Garcia (1998, p. 44), “representa um procedimento racional e ordenado (forma de pensar), constituído por instrumentos básicos, que implica utilizar a reflexão e a experimentação”, traçando um caminho para alcançar os objetivos preestabelecidos no projeto da pesquisa (projeto).

A escolha dessa escola particular, do município de Criciúma, em que atuam as professoras entrevistadas, deu-se por ser de fácil acesso da pesquisadora. Segundo Mynayo (1997, p. 16), “A metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade[...].

Este estudo será fundamentado em uma abordagem dialética, onde entre o sujeito e o objeto existe uma relação, que se pode analisar, investigar e questionar.

Platão e Aristóteles (apud TRIVIÑOS, 1990) entenderam a dialética como 'arte da discussão com base em perguntas e respostas'. Usaram o termo contraditório: o ser e não ser. No sentido de que todo ser é e não ser ao mesmo porque traz intrinsecamente o princípio da contradição, do ser e do não ser.

Na abordagem dialética, o mundo é conhecível, ou seja, aos poucos o homem desenvolve sua capacidade de conhecer. No processo de conhecimento primeiro se atinge o fenômeno depois sua essência e por fim o objeto como um todo de forma contextualizada.

Utilizou-se a entrevista semi-estruturada com dez questões relacionadas ao tema escolhido. A entrevista foi realizada com quatro (04) professoras assim identificadas: Professora A que atua no 2º ano do Ensino Fundamental; Professora B que trabalha com o 3º ano, Professora C, ministra aulas para o 4º ano e a Professora D, com o 5º ano.

Após a gravação das respostas, deu-se sequência a esse trabalho fazendo a análise dos depoimentos coletados à luz do referencial teórico.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Conforme a elaboração do referencial teórico, construído especificamente com o intuito de suscitar as experiências vividas pelos autores de modo a colaborar com a pesquisa proposta, faremos a análise de dados das professoras que lecionam nas turmas com filhos de pais separados.

A maioria das professoras entrevistadas afirma que tem e já tiveram casos de alunos com pais separados na sala de aula. A professora C inclusive relata que na atual turma que leciona “praticamente metade da turma são filhos de pais separados”.

Quando questionadas sobre a relação entre separação e o rendimento escolar dos filhos, todas as professoras colocaram que depende muito da maneira como acontece a separação. Quando a separação acontece durante o ano letivo, segundo duas professoras entrevistadas, o aluno fica mais disperso e sem concentração. Por exemplo:

Faz uns dois meses que eu percebi uma queda no rendimento dela nas atividades. Meu Deus deve estar acontecendo alguma coisa. Um dia ela chegou e disse, ai professora hoje eu estou triste, porque meus pais estão separando de novo. Agora eles voltaram e o rendimento dela voltou ao normal. É uma excelente aluna como já era antes, foi o que mais me marcou assim. (PROFESSORA C)¹

A professora A nos traz um caso em que o padrasto é acusado de ter agredido a criança e por isso a mãe perdeu a guarda do filho para o conselho tutelar, até provar que não apresentará mais riscos para o menino. Neste caso, por exemplo, podemos perceber que a separação dos pais do menino atrapalha no seu rendimento escolar de modo significativo, pois segundo a professora “ele está aéreo dentro da sala de aula, sem fazer as atividades e sem se interessar pelo o que lhe é proposto”. Isso nos faz lembrar o que Oliveira (2008, p.176):

A cultura da violência (física ou simbólica) presente em muitas famílias (agressões, espancamentos, ameaças, castigos, humilhações), os abusos sexuais existentes em muitas delas, a diminuição da disponibilidade de tempo que os pais têm para ficar com os filhos, o conhecimento de casos de abandono da criança (desde não lhe trocar a fralda por muitas horas até

¹ As falas das professoras sofreram intervenção da pesquisadora no sentido de transpô-las para uma escrita mais convencional.

trancá-la no quarto ou deixá-la por longo tempo vendo TV) arranham a imagem da família como ambiente protetor de sua prole.

Sobre a mudança de atitudes nas interações dessas crianças com os colegas, somente a professora B não percebeu nada de diferente, quando os pais de um de seis alunos se separam. As demais relataram que a mudança de comportamento é nítida. Eles mudam com os colegas, ficam agressivos e mais egocêntricos. A professora A nos traz uma fala interessante dizendo:

É quando a separação é mal resolvida, observo que o menino fica mais agressivo e a menina fica mais chorona. Eu não gosto de rotular, mas eu percebo que são bem fortes as reações. As meninas vêm pedir mais colo, os meninos às vezes queriam pedir também, mas eles demonstram que precisam de atenção na agressividade. “Como o menino do Conselho Tutelar”, tive que chamar a mãe porque ele estava batendo nos colegas de propósito, o negócio ficou mais sério, mas agora melhorou.

Como foi discutido no referencial teórico, para melhor visualizar as questões propostas, o professor tem um papel fundamental na vida do aluno. Um dos seus papéis é o de mediar novos conhecimentos, provocar a criticidade para que o aluno desenvolva sua percepção e se insira de forma significativa ao meio social do qual faz parte. Para tanto, é necessário que as professoras tenham conhecimento prévio e discernimento suficientes para tentarem servir de mediação da aprendizagem, nesses casos mais difíceis.

As professoras podem agir buscando uma forma de intervenção adequada aos problemas apresentados pelos alunos de pais separados. O diálogo, a aceitação e o acolhimento, na maioria das vezes, são aceitos pelas crianças e trazem um retorno significativo para o rendimento na aprendizagem das mesmas. Sendo assim, podemos relacionar essa fala com a de Oliveira (2008, p. 181), que afirma “se assim ocorrer, a família terá no professor alguém que lhe ajude a pensar sobre seu próprio filho e a se fortalecer como recurso privilegiado do desenvolvimento infantil”.

A forma com que as professoras intervêm na vida dos alunos quando estes apresentam conflitos, é muito importante para que se sintam mais compreendidos em todos os aspectos que constituem o processo do rendimento escolar. Para os pais, é de grande valia que o professor estabeleça uma relação de compreensão e de afetividade sem deixar de lado o seu compromisso com o

desenvolvimento da criança, o que possibilitará um ambiente favorável para elas poderem interagir de forma positiva perante aos problemas apresentados.

Em relação à intervenção que fazem mediante os problemas apresentados, a professora A conversa com a criança, mas procura ser neutra, pois afirma que já aconteceu um caso, que os avós falavam mal dos pais e trouxeram para a escola, os problemas que não conseguiam resolver fora dela, e isso foi difícil administrar, “O que estava faltando era postura da parte deles”. Já a professora D tenta conversar com a criança, o que se torna melhor a partir do momento em que esse diálogo ocorre.

[...] eu converso, coloco a situação de os pais estarem separados, e que independente disso você continua tendo o teu pai e a tua mãe. Até tem diversas mães que vêm e agradecem dizendo que realmente depois da conversa, o filho muda, percebe que não é só ele que tem pais separados, outros colegas também têm, outras pessoas têm.²

A professora C fala que além da conversa que procura ter com o aluno, quando nota que seu rendimento está caindo devido ao problema, conversa mais com ele e tenta compreendê-lo melhor, “[...] A gente passa a ter mais paciência com aquela criança, para ela se sentir mais a vontade, mais acolhida dentro da sala e render mais. Tem criança que é mais acessível, então é bem mais tranquilo”. Essa fala pode ser relacionada com o referencial teórico, sobre a questão da intervenção da professora que deve ter uma linguagem pedagógica amorosa a fim de fazer com que o aluno se sinta mais amado e importante na vida das pessoas que os cercam, não deixando de realizar seu trabalho para que este seja significativo na vida dessa criança.

Nessa perspectiva Galvão (1995, p. 66) discute a questão emocional dizendo que “na vida cotidiana é possível constatar que a elevação da temperatura emocional tende a baixar o desempenho intelectual e impedir a reflexão objetiva”, (GALVÃO, 1995, p. 66).

Sendo assim, é de suma importância que o professor esteja mesmo atento para essas questões emocionais. Rego (1995, p. 111), também nos traz uma reflexão sobre a relevância da percepção dos problemas que surgem em sala de aula destaca:

² Observamos que as professoras D e C procuram associar os aspectos afetivos e cognitivos, tão necessários ao rendimento escolar.

Portanto, deverá considerar também a importância da intervenção do professor (entendido como alguém mais experiente da cultura) e, finalmente, as trocas efetivadas entre as crianças (que também contribuem para os desenvolvimentos individuais).

Todas as professoras exceto a professora D, afirmam que a escola intervém nos conflitos que surgem no processo educativo. Quando necessário chamam os pais e conversam com o intuito de encontrar um caminho melhor para tratar a situação que ocorre. Como mencionado no referencial, o papel do gestor é de fundamental importância, pois ele é quem vai intermediar essa relação e responder pela instituição quando esta for solicitada. Já a professora D, nos diz que depende da situação. Só quando os pais vêm pedir ajuda, a escola intervém, mas quando os pais não vêm pedir ajuda a escola fica neutra. Essa fala implica em refletirmos melhor sobre a função da escola. O que essa professora entende quando usa a expressão “a escola fica neutra”? Como já vimos no referencial a escola não pode ficar neutra, pois sua função visa a intervenção no desenvolvimento do sujeito, buscando melhor inseri-lo no meio social. Wallon descreve o papel da escola da seguinte forma:

É bom lembrar que a escola, ao possibilitar uma vivência social diferente do grupo familiar, desempenha um importante papel na formação da personalidade da criança. Ao participar de grupos variados a criança assume papéis diferenciados e obtém uma noção mais objetiva de si própria. Quanto maior a diversidade de grupos de que participar, mais numerosos serão seus parâmetros de relações sociais, o que tende a enriquecer sua personalidade. (GALVÃO, 1995, p.101)

Sobre a participação dos pais na vida escolar dos filhos as professoras relatam que geralmente entre os casais separados só um deles participa. Na maioria dos casos o pai já não se envolve ativamente, como antes, e o que predomina mesmo é a participação da mãe em todo o processo escolar dos filhos. “A maioria das vezes são as mães que cobram mais, contornando assim, as situações que precisam ser de aprendizado”, diz a professora A, afirmando também que “as crianças que lidam melhor com a aprendizagem depois da separação são aquelas que têm o apoio dos dois na vida escolar. Já a professora B relata um caso em que “o padrasto assumiu um papel maravilhosamente bem, é presente” e isso foi fundamental para a melhoria do rendimento escolar da criança. Relatou também que já teve casos em que os pais largaram a educação escolar do filho ao ponto de a

babá vir nas reuniões da entrega do boletim, e outra situação em que “a mãe abandonou a vida escolar da filha porque ela preferiu morar com o pai [...], simplesmente atribuía toda a responsabilidade ao pai”.

Para a professora C a participação desses pais depende muito de cada caso, “tem alguns que são bem presentes, se alternam para comparecer nas reuniões”, mas em compensação tem casos que ela não conhece o pai ou a mãe de determinadas crianças, pois somente um participa na vida escolar do filho.

Todas as entrevistadas, afirmaram que acham extremamente importante que os pais participem da vida escolar dos filhos mesmo estando separados, segundo elas isso muda tudo, pois pais presentes são filhos mais educados, que respeitam. Quando os alunos são incentivados e apoiados em seu rendimento, é bem diferente, o apoio em casa tem uma participação positiva no desempenho do aluno, e para elas o ideal seria que os pais participassem ativamente da vida escolar dos filhos, pois o filho se sente muito mais importante e com certeza com o lado afetivo estando equilibrado, ajudaria significativamente no lado cognitivo.

A ausência dos pais na vida escolar dessas crianças, ainda na visão das professoras sempre gera algum tipo de conflito. Por exemplo: a professora A já teve caso de uma mãe justificar a dificuldade do filho devido à ausência do pai em sua vida escolar. Outro tipo de problema por ela apontado vem confirmar a ideia de que a presença da mãe é mais frequente e a dos pais mais conflituosas.

A professora B afirma que as crianças não mostram o mesmo interesse de antes, eles mudam até conseguirem se acostumar com a idéia. Já a professora C não nota esse tipo de conflito em sua turma, apesar de ela ter um número bem significativo de alunos com pais separados. Ela apenas relata que uma vez escutou “de uma menina um comentário com uma colega, dizendo que o pai dela nunca veio na escola visitá-la, enquanto via o pai de outra colega que sempre vinha vê-la na escola”. Nessa fala podemos perceber o quanto essas situações interferem diretamente no emocional da criança, e com certeza afeta também no cognitivo, pois as crianças não conseguem se concentrar em suas tarefas, pensando nos problemas mal resolvidos em casa.

Em relação aos demais alunos da turma a professora A afirma não perceber “diferença no desempenho escolar aqueles que têm pais separados”. No geral ela mostra que “cada caso é diferente um do outro, e tudo se diferencia a partir da maneira que cada um vai reagir perante a situação”. Inclusive ela fala ter tido

experiências com um aluno que tem pais separados, e seu rendimento escolar foi melhor do que um aluno que tenha uma base sólida, um modelo de família nuclear.

Às vezes os pais separados se empenham mais em ajudar, do que aqueles que estão juntos. Nessa questão ela reafirma a ideia de que a separação dos pais interfere mais é o lado afetivo e não o cognitivo, por isso não afeta tanto na aprendizagem.

Wallon vê o desenvolvimento da pessoa como uma construção progressiva em que se sucedem fases com predominância alternadamente afetiva e cognitiva. Cada fase tem um colorido próprio, uma unidade solidária, que é dada pelo predomínio de um tipo de atividade. As atividades predominantes correspondem aos recursos que a criança dispõe, no momento, para interagir com o ambiente. (GALVÃO, 1995, p.43)

Nesse sentido, o afetivo passa a ser fundamental para o desenvolvimento do cognitivo, de modo que tanto a família como a escola deve incentivar o desempenho da criança, para que a partir disto ela se desenvolva tanto afetiva como cognitivamente. Logo, a criança passa a se apropriar do conhecimento porque a professora a envolve com atividades inovadoras e ela passa a gostar, se interessar e com isso a aprendizagem ocorrerá de forma mais significativa. De fato, isso poderia não ocorrer se a professora não tivesse iniciativa de envolver o aspecto afetivo para com o desenvolvimento dessa criança. A família, também deve adquirir uma postura para que trabalhe em conjunto com a escola, e fazer com que a criança interaja com os meios disponibilizados a ela nessa fase.

Já a professora B nos traz a questão da concentração ao falar que esses alunos se diferenciam na hora de uma atividade em relação aos demais; ficam fora do ar, mas também ressalta que o desempenho vai da forma de a criança reagir em cada situação.

A professora C relata que pode acontecer, mas que não é sempre, no geral os alunos tem o desempenho normal em relação aos demais, pois cada criança é diferente da outra, e cada uma tem seu tempo de aprendizagem.

A professora D afirma que percebe a diferença sim, e um aspecto apontado por ela e que deve ser avaliado, diz respeito à postura do professor que deve estar atento, ter um olhar diferenciado para facilitar na hora de avaliar esse aluno que deveria estar rendendo mais, mas não está devido à separação dos pais.

Isso é diferente daquele que não rendeu, mas que não apresenta o mesmo problema familiar.

Somente a professora C relata que não tem casos de guarda compartilhada em sua turma. As demais professoras discutem o assunto dando exemplos. No geral elas acham que é um ponto positivo, pois dá a criança e aos pais o direito de não perder o vínculo que tinham com os pais, e de estabelecer uma relação estável com ambos.

As professoras ainda apontam alguns pontos negativos dessa relação, o primeiro fato é a organização, todas percebem que as crianças demoram um pouco para se acostumar com o novo sistema de lar e se atrapalham esquecendo materiais, tarefas etc. A professora A percebe também que quando os pais se empenham junto com a criança isso não acontece tanto.

Quando questionada sobre o assunto, a professora B conta que teve um caso em que os pais não se comunicavam, mas tinham a guarda compartilhada, e que isso ficava muito difícil, pois quando a menina não ia para escola não era avisado ao outro, nisso surgiam conflitos trazidos para dentro da escola, que por sinal afetava nas crianças.

Já a professora D conta um caso em que a guarda começou a ser compartilhada em período do ano letivo, e ela pode perceber a diferença, quando o menino ficava com o pai os dias não eram bons pra ele, mas quando ficava com a mãe ele se comportava de forma diferente em sala de aula. No fim de tudo, com os diálogos propostos pela professora e pela gestão da escola, percebeu-se que o pai só pegava o filho por obrigação, só para manter o conflito com a mãe, na realidade não cuidava do filho. Ao contraponto outro caso por ela vivenciado é o da madrasta, que cuidava melhor do que quando estava com a mãe à menina vinha de forma diferente para a escola.

Contudo, podemos perceber através das entrevistas o papel que os pais têm na visão dos professores. Cabe a eles, direcionar todos os esforços para que não deixem a separação afetar no desempenho escolar dos filhos. Segundo as professoras, os pais deveriam ser maduros o suficiente para resolver seus conflitos entre si, sem colocar o filho em situações constrangedoras e que possam afetar no seu desempenho afetivo e cognitivo. Se ambos tivessem consciência disto, não existiria tanto déficit de aprendizagem por conta da separação. Por outro lado, ao analisarmos as entrevistas, percebemos a existência de pais separados

responsáveis e que mesmo depois da separação se preocupam com o desenvolvimento dos filhos, e tentam sempre resolver da melhor forma os conflitos gerados pela separação para que a criança não seja tão prejudicada.

Diante disso, conforme discutido no referencial teórico se faz necessário reafirmar o papel do professor na vida escolar do aluno, sendo que este para ministrar um ensino de qualidade e fazer a diferença deve estar ciente de que seja necessário saber trabalhar frente às questões e divergências que surgirem durante o ano letivo, resolvendo conflitos, tendo um empenho profissional que garanta uma aprendizagem significativa, sempre modelando as situações com muita paixão por ensinar, não acomodando sua prática nesse sentimento e sim o tornando como um aliado para um ensino mais prazeroso, capaz de desenvolver o aspecto cognitivo no aluno mesmo quando seu afetivo estiver abalado.

Sendo assim a escola e família em parceria, não extinguem os conflitos que possam ser gerados na vida escolar do filho pela separação de um casal, mas se trabalhado com empenho, compromisso, dedicação, sobretudo maturidade, torna a realidade da criança que parece estar no momento destruída um aprendizado para toda a vida.

8 CONCLUSÃO

Ao refletir sobre os embasamentos teóricos realizados, como apoio para as análises das entrevistas podemos concluir que a separação dos pais interfere diretamente na aprendizagem do aluno, na visão das professoras pesquisadas. Contudo essa influência se dá de formas diferentes, ou seja, cada caso é um caso. As professoras e a escola intervêm de maneira a tentar solucionar os problemas que possam ser gerados pela situação conjugal dos pais, porém, o trabalho as atitudes desses pais em relação aos filhos, também podem reverter à situação.

Nesse sentido a integração entre família e escola deve ser intensificada a fim de serem contornados ou superados os eventuais problemas e conflitos existentes ou acusados pela separação dos pais. Percebemos ainda a necessidade de a escola como um todo e os professores em especial terem mais conhecimento das teorias de aprendizagem histórico-culturais a fim de melhor compreenderem os problemas desses alunos. São estudantes que devem ser compreendidos pela situação em que se encontram, porém tais problemas não devem servir de motivos para promovê-los no processo escolar.

Entendemos que o aspecto emocional do estudante quando está afetado de forma intensa ou exagerado inibe o desenvolvimento cognitivo. Para tanto, há necessidade de se criar condições escolares e familiares em que os estudantes encontrem apoio e desafios ao mesmo tempo para desenvolver-se de forma digna e humana.

Segundo as professoras pesquisadas o contato que os pais têm com a escola depois da separação se torna diferente, não tão frequente como antes. Embora alguns pais tentem se empenhar de forma a ser presente na vida escolar dos filhos, a maioria tende a deixar esse fator tão importante de lado.

Percebemos também, por meio dessa pesquisa, que não são todos os alunos de pais separados que apresentam dificuldades de aprendizagem diferenciando-se dos demais estudantes. Pelo contrário, dependendo da forma que a separação é resolvida o rendimento do aluno tende a não cair.

Em suma, depois de ter discutido entre os autores e as entrevistas, o que se pode concluir é que existem vários casos em que a separação dos pais não afeta o desempenho do filho na escola. Contudo, quando o aluno não está bem

afetivamente deixa de ampliar o seu aspecto cognitivo e isso dificulta sua aprendizagem.

Consideramos também que em alguns casos a separação pode ser boa para a criança, já que a mesma pode presenciar discussões entre os pais as vezes, e com a separação ela passa a não presenciar mais esses conflitos.

Portanto, para que não haja tais conflitos é melhor que os pais tenham consciência de que a maturidade entre si seja plausível o bastante para não prejudicar o filho e exprimir suas possibilidades de realizar-se como um indivíduo capaz de se apropriar dos conhecimentos adquiridos nos diversos meios ao qual está inserido.

REFERÊNCIAS

ACAFE. **Metodologia da pesquisa**. Unidade 3. ACAFE: Florianópolis, 2008.

ALVES, Nilda, et al. **O sentido da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. 150 p.

ALVES, Nilda. Terceiro conhecimento em rede. In: ALVES, Nilda, et al. **O sentido da escola**. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p. 111-120.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996. 255 p.

ÀRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 196 p.

ASSMANN, Hugo. Paixão pela educação com os pés no chão. **Paixão e educação**, Brasília, v. 28, n. 110, p. 100-108, jan./mar. 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases. Lei número 9,394, 20 de dezembro de 1996.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 166 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 148 p.

GARCIA, Regina Leite. Atravessando fronteiras e descobrindo (mais uma vez) a complexidade do mundo. In: ALVES, Nilda, et al. **O sentido da escola**. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p. 81-110.

GALLO, Silvio. Transversalidade e Educação: Pensando uma Educação não disciplinar. In: ALVES, Nilda, et al. **O sentido da escola**. 3. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p. 17-42.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 134 p.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. 144 p. il.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió, AL: Edufal, 1999. 171 p.

MULLER, Artur. **Da velha a nova família**, 16 dez. 2010. Disponível em: <http://www.awmueller.com/terapiafamiliarcasal/velhanovafamilia.htm>

PALACIOS, Jesús. Relações família-escola: diferenças de status e fracasso escolar. In: MARCHESI, Álvaro, et al. (Org). **Fracasso escolar**: uma perspectiva multicultural. Tradução de ROSA, Ernani. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 76-81.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 192 p.

REBOUL, Olivier. **Filosofia da educação**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. 131 p.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 138 p.

RÖHR, Ferdinand. A multidimensionalidade na formação do educador. **Paixão e educação**, Brasília, v.28, n. 110, p. 100-108, jan./mar. 1999.

RÖSING, Tania Marisa Kuchenbecker. **A formação do professor e a questão da leitura**. Passo Fundo, RS: Ediupf, 1996. 245 p.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo; Cortez, 2008. 255 p. il.

VALLEJO, José M. Bautista. **Escola aberta e formação de professores**: elementos para a compreensão e a intervenção didática. São Paulo: DP & A, 2002. 163 p.

Acessado em 16 dez. 2010:
http://4pilares.zi-yu.com/?page_id=318

APÊNDICE



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

Curso: Pedagogia

Acadêmica: Franciele Pereira Moreira.

Orientadora do TCC: Maria Valkíria.

Objetivo da pesquisa: Analisar quais as influências de pais separados no desempenho escolar do aluno na visão do professor.

Professora, sua participação nessa pesquisa é essencial para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Agradeço sua disponibilidade e contribuição que certamente farão parte dessa produção científica. Os (as) participantes não serão identificados nominalmente, garantindo assim o código de ética.

Coloco-me à disposição para devolver os resultados da pesquisa.

1. IDENTIFICAÇÃO:

a) Formação

- magistério
- curso superior incompleto. Qual?
- curso superior completo. Qual?
- pós – graduação. Qual?
- mestrado. Área?
- outros. Quais?

b) Tempo de atuação no magistério:

- 0-5 anos
- 6-10 anos
- 11-15 anos
- 16-20 anos
- mais de 20 anos

d) Tempo na escola atual:

- de 1 a 5 anos
- de 6 a 10 anos
- de 11 a 20 anos
- mais de 21 anos

Roteiro de entrevista (professor)

- 1- Você tem ou já teve alunos de pais separados, nas turmas que você leciona ou lecionou?
- 2- Você acha que a separação dos pais, atrapalha no rendimento escolar do filho?
- 3- E nas interações com os colegas, você acha que interfere? Justifique.
- 4- Qual a intervenção que você, como professora faz mediante os problemas apresentados por esses alunos?
- 5- E a escola, intervém de que forma, na situação do aluno que tem pais separados?
- 6- De que forma acontece a participação desses pais com a vida escolar dos filhos? Os dois participam?
- 7- A ausência de um desses pais separados na vida escolar dos filhos gera algum tipo de conflito?
- 8- Há diferença no desempenho escolar dos alunos que tem pais separados, em relação aos demais alunos da turma?
- 9- Você acha importante que os pais participem da vida escolar dos filhos com mais frequência mesmo estando separados? Justifique.
- 10- Você teve ou tem algum caso de guarda compartilhada na turma que você leciona ou lecionou como você vê essa questão?